

Decifrando a Reforma Tributária:

Um guia prático para Devs

Índice

→ Introdução

- ◆ Um panorama geral sobre a Reforma Tributária
Página: 3

→ Tudo o que você precisa saber sobre NFS-e

- ◆ Reúne as principais informações sobre as mudanças envolvendo a NFS-e (Nota fiscal de Serviço), as expectativas em torno dos novos tributos e o funcionamento do envio das informações conforme o novo modelo.
Páginas: 4 a 10

→ Tudo o que você precisa saber sobre NF-e e NFC-e

- ◆ Um resumo completo sobre as mudanças que impactam a NF-e (Nota fiscal de produto) e a NFC-e (Nota fiscal de Consumidor), incluindo os novos requisitos técnicos e o cronograma oficial de implantação.
Páginas: 11 a 17

→ Exemplos de JSON

- ◆ Exemplos práticos de estruturas de JSON que ilustram o modelo de envio de acordo com cada tipo de nota fiscal.
Páginas: 18 a 20

NOTA
GATEWAY

Introdução

Este guia detalha as mudanças da Reforma Tributária para ajudar as equipes de desenvolvimento a adaptar suas integrações da forma mais simples possível.

Nosso foco é garantir que, com o mínimo de mudança possível, a emissão de notas fiscais através das nossas APIs continue operando normalmente e em total conformidade com as novas exigências fiscais.

Este documento será atualizado conforme surgirem mais novidades da Reforma, sempre trazendo as mudanças de forma simples para facilitar sua adaptação e o suporte a você e aos seus clientes.

Em caso de dúvidas sobre as informações abaixo, entre em contato conosco através do email reformatributaria@notagateway.com.br

NOTA
GATEWAY

Nota fiscal de serviço (NFS-e)

Com a entrada em vigor da Reforma Tributária, as prefeituras passarão por um período de adequação para atender às novas exigências legais. Essas mudanças não se limitam apenas à apuração do IBS e CBS, mas também incluem campos adicionais de controle que possibilitam o correto enquadramento das operações e a apuração dos tributos conforme determina a legislação.

Mesmo com a possibilidade de cada município continuar utilizando seu próprio sistema e layout de NFS-e, é necessário que a nota fiscal emitida (ou seja, o XML final autorizado e compartilhado com o repositório nacional) contenha campos essenciais para o correto cumprimento das exigências da Reforma Tributária.

Já identificamos alguns desses campos que, conforme o cenário, deverão estar presentes na nota fiscal de serviço — seja preenchidos diretamente pelo contribuinte ou incluídos automaticamente pelo sistema da prefeitura. A exigência e o preenchimento desses campos pode variar de acordo com cada município: algumas prefeituras podem exigir que os dados sejam enviados, enquanto outras podem abstrair essas informações com base em outros dados da nota.

Entre eles, destacamos:

JSON

```
"codigoNBS": "99839019",  
"codigoTributacaoNacional": "010101"
```

Esses campos cumprem papéis distintos, mas complementares:

- **codigoNBS**: representa a Nomenclatura Brasileira de Serviços, utilizada para classificar o tipo de serviço prestado. Esse código é essencial para garantir uma apuração padronizada dos tributos.
- **codigoTributacaoNacional**: identifica a classificação tributária da operação conforme a **Tabela de Tributação Nacional**. Esse código é um desdobramento do item da lista de serviços definida pela **Lei Complementar nº 116/2003**.
 - Muitas prefeituras, no entanto, poderão continuar utilizando apenas o código do serviço municipal, abstraindo esse campo automaticamente em seus sistemas. Por esse motivo, optamos por tornar o envio desse campo dinâmico, de acordo com as **características de cada município**, disponíveis em nossa **API de Características da Prefeitura**.

Campos dinâmicos e compatibilidade com cada prefeitura

Para garantir compatibilidade com a realidade de cada município, nossa API de Características da Prefeitura informa se cada campo deve ou não ser enviado, com base na implementação local:

→ **Endpoint:** [Características da Prefeitura](#)

JSON

```
{  
  ...  
  "usaCodigoTributacaoNacional": true,  
  "usaNBS": true  
}
```

Nosso sistema está preparado para ignorar automaticamente esses campos caso não sejam suportados pela prefeitura, sem gerar erro ou impacto na emissão da nota fiscal.

A implementação desses campos já começou nas prefeituras

E teve início pelo código NBS, que já está sendo exigido por algumas prefeituras

Desde maio/2025, algumas prefeituras já começaram a exigir o envio do campo **codigoNBS** em seus layouts. Para atender a essa mudança, nossa API passou a permitir o envio desse campo:

JSON

```
"servico": {
  "descricao": "Servico de consultoria",
  "aliquotaIss": 3,
  "issRetidoFonte": false,
  "codigoServicoMunicipio": "010700188",
  "itemListaServicoLC116": "1.07",
  "cnae": null,
  "codigoNBS": "9983.90.19",
  "municipioPrestacaoServico": "3106200"
}
```

As cidades que estão exigindo o envio do **codigoNBS** são:

Data da alteração do layout	Município	UF	Status
01/05/2025	Araras	SP	Concluído
01/05/2025	Leme	SP	Concluído
01/05/2025	Cordeirópolis	SP	Concluído
01/05/2025	Santa Gertrudes	SP	Concluído
01/05/2025	Engenheiro Coelho	SP	Concluído
01/06/2025	Valinhos	SP	Concluído
01/07/2025	Santa Bárbara D'Oeste	SP	Concluído
01/08/2025	Sumaré	SP	Não iniciado

Obrigatoriedade de Integração com o Ambiente Nacional da NFS-e a partir de 2026

A partir de janeiro de 2026, todos os municípios brasileiros deverão **garantir o compartilhamento dos dados** relacionados à emissão de notas fiscais de serviço com o Ambiente Nacional da NFS-e. Isso significa que para atender a essa exigência, as prefeituras deverão optar por uma das seguintes alternativas:

1. Manter o sistema próprio da prefeitura (integrado ao Ambiente Nacional)

Nesse caso, as emissões **continuarão sendo realizadas pelo sistema da própria prefeitura**, e o município poderá manter os métodos e formatos de integração que desejar. No entanto, será obrigatório que o município transmita todos os dados para o Ambiente Nacional da NFS-e.

 A tendência atual indica que a maioria das prefeituras manterá seus sistemas próprios, à exemplo desse comunicado da [cidade de São Paulo/SP](#) e este de [Brasília/DF](#).

2. Utilizar o Portal Nacional para emitir NFS-e

Para as prefeituras que optarem por essa alternativa, as notas fiscais deixarão de ser emitidas pelo sistema municipal e **passarão a ser geradas diretamente no Portal Nacional da NFS-e**.

É importante ressaltar que a obrigatoriedade do envio das informações ao Ambiente Nacional visa padronizar e centralizar os dados fiscais em âmbito federal, o que já gera um grande benefício por si só.

Expectativas sobre IBS e CBS na NFS-e

Embora até o momento os sistemas das prefeituras ainda não tenham divulgado os cronogramas oficiais para a implementação dos novos campos relacionados à Reforma Tributária (IBS e CBS), já é esperado que essas mudanças venham a ser exigidas futuramente, visto que a fase de testes da reforma se inicia em janeiro de 2026.

Inclusive, já observamos uma movimentação por parte de algumas prefeituras, como é o caso da exigência do código NBS em determinadas cidades — um sinal de que a adaptação aos novos requisitos já começou.

Já estruturamos um layout padrão que será usado pela nossa API, com base nas Notas Técnicas disponibilizadas até agora. Embora não esperemos mudanças significativas, é possível que ocorram alguns ajustes pontuais à medida que a Receita Federal e o Comitê Gestor do IBS avancem na definição final dos campos necessários na NFS-e.

Seguimos acompanhando de perto as movimentações e atualizações dos municípios. Assim que surgirem definições oficiais, iremos revisar e validar as informações apresentadas, assegurando compatibilidade com os diferentes layouts utilizados pelas prefeituras.

Cronograma de implementação

A adaptação para os novos campos exigidos pela Reforma Tributária **ainda não tem uma data oficial para estar disponível em produção** na nossa API, pois dependemos da divulgação dos cronogramas oficiais pelas prefeituras e pelos órgãos competentes, em especial a **Receita Federal** e o **Comitê Gestor do IBS**.

👉 **Para apoiar esse momento de transição**, até o dia **05/08** disponibilizaremos um **ambiente sandbox exclusivo** para NFS-e.

Esse ambiente será composto por **endpoints específicos de teste**, que têm como objetivo:

- simular o comportamento futuro da API de NFS-e já adaptada à Reforma Tributária;
- permitir o envio e validação dos **novos campos**, como `codigoNBS`, `codigoTributacaoNacional`, `ibsCbs`, entre outros;
- possibilitar a **validação do fluxo ponta a ponta**, garantindo que os sistemas emissores consigam se preparar de forma segura e antecipada.

⚠ **Importante:** o ambiente sandbox é exclusivamente voltado para testes. Nenhum dado gerado nesse ambiente será transmitido à prefeitura ou terá validade jurídica.

Empresas do Simples Nacional | Alíquotas Teste para IBS e CBS

Empresas optantes pelo Simples Nacional, incluindo MEIs, **não irão participar da fase de testes de alíquota do IBS e CBS**. No entanto, mesmo sem a obrigatoriedade de envio dessas informações, é importante destacar que **outros campos e exigências poderão ser incluídos nas próximas notas técnicas**.

✅ Em resumo, para 2026:

- **Empresas do Simples Nacional e MEI não precisarão preencher os novos campos de IBS e CBS.**
- Mesmo se os campos forem omitidos no JSON, **nossa API preencherá automaticamente com alíquota zerada (0.00).**
- A emissão continuará funcionando normalmente, **sem necessidade de atualizações técnicas no emissor.**

i Embora as empresas do Simples Nacional estejam dispensadas de participar da fase de testes de IBS e CBS em 2026, **ainda poderá ser necessário o preenchimento de novos campos obrigatórios**, como o `codigoNBS` e o `codigoTributacaoNacional`. A obrigatoriedade desses campos **pode variar conforme o município** e pode ser consultada diretamente na nossa **API de Características do Município**, conforme mencionado anteriormente.

Empresas de Outros Regimes - Alíquotas Teste para IBS e CBS

(incluindo optantes pelo Simples Nacional com excesso de sublimite de receita bruta)

Empresas **não optantes pelo Simples Nacional**, ou **optantes pelo Simples Nacional com excesso de sublimite de receita bruta**, já participam da aplicação das alíquotas teste de IBS e CBS a partir de 2026, conforme definido pela regulamentação da Reforma Tributária.

Mesmo com essa obrigatoriedade, a **adoção é simples**: nossa API está preparada para realizar o preenchimento automático dos campos exigidos a partir do envio da **classificacaoTributaria** e do **codigoIndicadorOperacao**.

✅ Opção 1 – Envio simplificado

Basta enviar somente os campos abaixo no JSON, dentro do grupo de serviço:

```
JSON
{
  "servico": {
    ...

    "codigoNBS": "99839019",
    "ibsCbs": {
      "classificacaoTributaria": "011003",
      "codigoIndicadorOperacao": "030101"
    }
  }
}
```

A partir do envio da classificação tributária (**classificacaoTributaria**) e do indicador de operação (**codigoIndicadorOperacao**), a nossa API já é capaz de preencher automaticamente os demais campos exigidos pela reforma tributária, com base nos cenários mais comuns de prestação de serviço sem tratamento especial (ex: diferimento), durante o ano de 2026.

Nesse período de transição, o preenchimento dos campos e a aplicação das alíquotas de teste será feita de forma automática, conforme o regime tributário da empresa:

- **Para empresas do Simples Nacional (incluindo MEI):**
 - 👉 Os campos de IBS e CBS serão ignorados ou preenchidos com alíquota zerada (0.00), conforme previsto pelas regras atuais.
- **Para empresas de outros regimes (Lucro Presumido, Lucro Real, etc.) ou optantes pelo Simples Nacional com excesso de sublimite de receita bruta:**
 - 👉 Nossa API aplicará automaticamente as **alíquotas de 0.10% para IBS e 0.90% para CBS**, e preencherá os demais campos com base na classificação tributária informada, seguindo a **matriz de CST/Classificação Tributária disponibilizada pelo Governo**.

Essa abordagem **elimina a necessidade de ajustes no seu sistema** na maioria dos casos.

⚙️ Opção 2 – Envio completo (opcional)

Para empresas com regimes especiais, operações com benefícios fiscais, ou que desejam controle total sobre os campos tributários, é possível preencher manualmente todos os campos da Reforma Tributária:

```
JSON
{
  "cliente": {
    ...
  },
  "consumidorFinal": true,
  "servico": {
    ...
    "codigoNBS": "99839019",
  }
}
```

```

"codigoTributacaoNacional": "010101",
"ibsCbs": {
  "situacaoTributaria": "011",
  "classificacaoTributaria": "011003",
  "codigoIndicadorOperacao": "030101"
},
...
}

```

Ambas as formas de envio são totalmente compatíveis com a nossa API, e a escolha entre elas depende do grau de controle tributário necessário em cada cenário.

Para a maioria dos casos, o envio simplificado é suficiente.

Detalhamento dos novos campos

A seguir, listamos e explicamos os novos campos mencionados na Nota técnica 003 (Versão 1.1) e como eles deverão ser enviados para emissão de NFS-e.

▲ IMPORTANTE: As informações contidas neste documento estão em conformidade com todas as Notas Técnicas disponibilizadas até o momento pelo governo federal. No entanto, reforçamos que as definições específicas para a NFS-e (Nota Fiscal de Serviço eletrônica) ainda estão em construção pela Receita Federal e pelo Comitê Gestor do IBS. Dessa forma, alterações podem ocorrer nas próximas notas técnicas, podendo impactar as regras e orientações aqui descritas.

Campo	Tipo	Obrigatório	Descrição
consumidorfinal	boolean	Não	Indica operação de uso ou consumo pessoal Valores possíveis: <code>true</code> ou <code>false</code> Valor padrão: <code>true</code>
codigoNBS	string	Não	Código do NBS correspondente ao serviço prestado. Utilizar Tabela do NBS Importante: A obrigatoriedade deste campo varia conforme o município. Para saber se ele deve ou não ser enviado, consulte a API de Características do Município . Caso seja enviado para uma prefeitura que não utiliza esse campo, ele será automaticamente ignorado .
codigoTributacaoNacional	string	Não	Código de Tributação Nacional. Utilizar Tabela de Códigos de Tributação Nacional Importante: A obrigatoriedade deste campo varia conforme o município. Para saber se ele deve ou não ser enviado, consulte a API de Características do Município . Caso seja enviado para uma prefeitura que não utiliza esse campo, ele será automaticamente ignorado .
ibsCbs	object	Não	Grupo de informações do IBS e CBS Importante: Este campo passa a ser obrigatório a partir de 2026 para empresas do Lucro Presumido, Lucro Real e outros regimes, além de empresas do

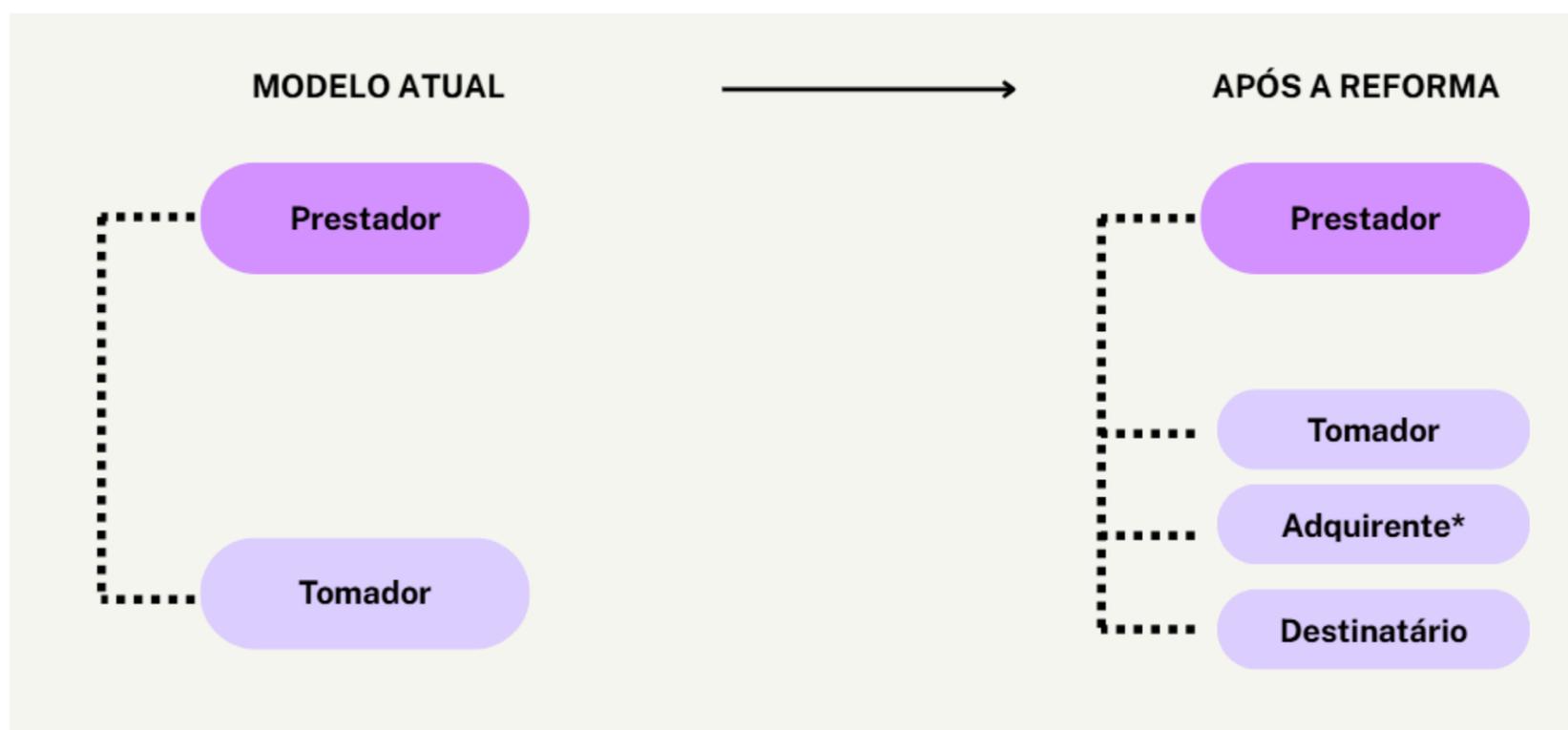
Campo	Tipo	Obrigatório	Descrição
			<p>Simple Nacional com excesso de sublimite de receita bruta.</p> <p>A partir de 2027, será obrigatório para todas as empresas, conforme cronograma da Reforma Tributária.</p> <p>Caso seja informado antes de janeiro de 2026, ele será ignorado automaticamente pelo sistema.</p>
ibsCbs.situacaoTributaria	string	Não	Código de Situação Tributária do IBS e CBS.
ibsCbs.classificacaoTributaria	string	Sim	<p>Código de Classificação Tributária do IBS e CBS.</p> <p>Utilizar tabela cClassTrib do IBS/CBS. (aba cClass)</p>
ibsCbs.codigoIndicadorOperacao	string	Sim	<p>Código indicador da operação de fornecimento.</p> <p>Utilizar Tabela código indicador de operação</p>

NFS-e - Outras mudanças

Novos papéis na NFS-e | Adquirente e Destinatário

A Reforma Tributária prevê a inclusão de dois novos papéis na emissão da NFS-e: **adquirente** e **destinatário**, além dos já existentes **prestador** e **tomador**. Essa evolução já está refletida nas notas técnicas disponibilizadas pelo Governo até o momento.

O objetivo é que as informações desses participantes sejam informadas de forma **detalhada e separada**, ampliando a clareza na identificação de todos os envolvidos na operação.



Modelo Atual

- Prestador: É aquele que fornece o serviço
- Tomador: É aquele que efetua o pagamento e recebe o serviço

Modelo Após a reforma:

Na reforma tributária, o **adquirente** é aquele responsável pelo pagamento do serviço. Já o **destinatário** é quem efetivamente recebe o bem ou serviço, podendo ou não ser o próprio adquirente.

Como atualmente o **tomador** já configura um papel similar, essas definições podem gerar conflitos de interpretação e a distinção de papéis tende a ser revista.

No entanto, até o momento, **esse trabalho ainda está em construção** pelas partes responsáveis.

Diante desse cenário, já esboçamos uma estrutura preliminar de como esses dados **poderão** ser organizados dentro do JSON de emissão da NFS-e.

▲ Importante: Este é apenas um estudo de caso, desenvolvido com o objetivo de facilitar o entendimento e alinhamento sobre as possíveis mudanças.

Esses novos campos de **adquirente** e **destinatário** só serão incorporados ao nosso layout JSON oficial da Reforma Tributária após uma definição formal por parte da Receita Federal e do Comitê Gestor do IBS. Estamos acompanhando de perto essa discussão, especialmente em relação à possível sobreposição entre os papéis de **tomador** e **adquirente**.

Assim que houver uma posição oficial, comunicaremos como esse cenário será tratado na nossa API.

JSON

```
{
  ...

  "cliente": {
    "tipoPessoa": "F",
    "nome": "Jonathan Souza",
    "email": "jonathan@gmail.com",
    "cpfCnpj": "88533234775",
    "telefone": "413278-0217",
    "endereco": {
      "uf": "PR",
      "cidade": "4106902",
      "logradouro": "Rua Presidente Wilson",
      "numero": "911",
      "complemento": null,
      "bairro": "Uberaba",
      "cep": "81570440"
    }
  },
  "adquirente": {
    "tipoPessoa": "J",
    "nome": "Empresa ltda",
    "email": "compras@empresaltda.com.br",
    "cpfCnpj": "04893402000113",
    "telefone": "413278-0217",
    "endereco": {
      "uf": "PR",
      "cidade": "4106902",
      "logradouro": "Rua Presidente Wilson",
      "numero": "911",
      "complemento": null,
      "bairro": "Uberaba",
      "cep": "81570440"
    }
  },
  "destinatario": {
    "tipoPessoa": "F",
    "nome": "Jonathan Souza",
    "email": "jonathan@gmail.com",
    "cpfCnpj": "88533234775",
    "telefone": "413278-0217",
    "endereco": {
      "uf": "PR",
      "cidade": "4106902",
      "logradouro": "Rua Presidente Wilson",
      "numero": "911",
      "complemento": null,
      "bairro": "Uberaba",
      "cep": "81570440"
    }
  },
  ...
}
```

Nota fiscal de produto (NF-e) e Nota fiscal de Consumidor (NFC-e)

De acordo com as Notas Técnicas disponibilizadas até agora, serão implementados campos relacionados à tributação dos novos impostos, em atendimento às alterações previstas com a Reforma Tributária.

Essa implementação em ambiente de produção está prevista para **Outubro/25**, de modo a viabilizar a operacionalização a partir de **Janeiro/26**.

Até o fim de 2025, esses campos serão opcionais e não serão validados. A partir de Janeiro de 2026, as novas regras de validação serão aplicadas.

Cronograma de implementação

A Sefaz inicia a liberação dos novos campos para apuração dos tributos IBS, CBS e IS a partir de **07/07/2025**, com entrada em produção em **06/10/2025** e obrigatoriedade prevista para **05/01/2026**.

Na **Nota Gateway**, nosso cronograma segue esse calendário com os seguintes marcos:

- **07/07/2025**: Início da homologação interna com os novos campos.
- **28/07/2025**: Liberação dos campos para testes em ambiente de homologação.
- **06/10/2025**: Liberação dos campos em ambiente de produção. Antes dessa data, os campos serão ignorados, mesmo que enviados.
- **05/01/2026**: Início da obrigatoriedade do preenchimento conforme definido pela Sefaz.

Observação: Nossa homologação começa após a liberação oficial da Sefaz, garantindo total conformidade técnica e estabilidade antes da disponibilização dos campos para uso na nossa API.

▲ Atenção: Como a Reforma Tributária ainda está em fase inicial de implementação, podem ocorrer alterações nos campos durante o período de homologação, bem como o surgimento de novos campos ou ajustes adicionais, caso novas versões sejam publicadas ou modificações sejam feitas pelas Sefaz estaduais ou federal.

Empresas do Simples Nacional | Alíquotas Teste para IBS e CBS

Empresas optantes pelo **Simples Nacional**, incluindo **MEIs**, **seguirão emitindo NF-e e NFC-e normalmente em 2026, sem necessidade de qualquer adaptação.**

Mesmo com a introdução dos novos campos de IBS e CBS nos layouts da Sefaz, **essas mudanças serão totalmente absorvidas de forma transparente pela nossa API** — ou seja, **nenhum ajuste será exigido por parte das empresas** nesse período.

✓ **Em resumo, para 2026:**

- **Empresas do Simples Nacional e MEI não precisarão preencher os novos campos de IBS e CBS.**
- Mesmo se os campos forem omitidos no JSON, **nossa API preencherá automaticamente com alíquota zerada (0.00).**
- A emissão continuará funcionando normalmente, **sem necessidade de atualizações técnicas no emissor.**

Empresas de Outros Regimes - Alíquotas Teste para IBS e CBS

(incluindo optantes pelo Simples Nacional com excesso de sublimite de receita bruta)

Empresas **não optantes pelo Simples Nacional**, ou **optantes pelo Simples Nacional com excesso de sublimite de receita bruta**, já participam da aplicação das alíquotas teste de IBS e CBS a partir de 2026, conforme definido pela regulamentação da Reforma Tributária.

Mesmo com essa obrigatoriedade, a **adoção é simples**: nossa API está preparada para realizar o preenchimento automático dos campos exigidos **a partir do envio de um único campo**: **classificacaoTributaria**.

✔ Opção 1 – Envio simplificado

Basta enviar somente o campo abaixo no JSON, dentro do grupo de IBS/CBS (**itens[].impostos.ibsCbs**):

```
JSON
{
  "ibsCbs": {
    "classificacaoTributaria": "000001"
  }
}
```

A partir do envio da classificação tributária (**classificacaoTributaria**), a nossa API já é capaz de preencher automaticamente os demais campos exigidos pela reforma tributária, com base nos cenários mais comuns de venda sem tratamento especial (ex: diferimento), durante o ano de 2026.

Nesse período, a API fará o preenchimento dos campos e aplicará as alíquotas de teste automaticamente de acordo com o regime tributário da empresa:

- **Para empresas do Simples Nacional (incluindo MEI):**
 - 👉 Os campos de IBS e CBS serão ignorados ou preenchidos com alíquota zerada (0.00), conforme previsto pelas regras atuais.
- **Para empresas de outros regimes (Lucro Presumido, Lucro Real, etc.) ou optantes pelo Simples Nacional com excesso de sublimite de receita bruta:**
 - 👉 Nossa API aplicará automaticamente as **alíquotas de 0.10% para IBS e 0.90% para CBS**, e preencherá os demais campos com base na classificação tributária informada, seguindo a **matriz de CST/Classificação Tributária disponibilizada pelo Governo**.

Essa abordagem **elimina a necessidade de ajustes no sistema emissor** na maioria dos casos.

⚙️ Opção 2 – Envio completo (opcional)

Para empresas com regimes especiais, operações com benefícios fiscais ou que desejam controle total sobre os campos tributários, é possível preencher manualmente todos os campos de IBS e CBS:

```
JSON
{
  "ibsCbs": {
    "situacaoTributaria": "011",
    "classificacaoTributaria": "011003",
    "ibs": {
      "uf": {
        "aliquota": 0.1,
        "percentualDiferimento": 0.00,
        "percentualReducaoAliquota": 60.00
      },
      "municipio": {
        "aliquota": 0.00
      }
    },
    "cbs": {
      "aliquota": 0.9,
    }
  }
}
```

```

    "percentualDiferimento": 0.00,
    "percentualReducaoAliquota": 60.00
  }
}

```

Ambas as formas de envio são totalmente compatíveis com a nossa API, e a escolha entre elas depende do grau de controle tributário necessário em cada cenário:

Para a maioria das operações comuns de venda, o envio simplificado, com apenas o campo **classificacaoTributaria**, é suficiente. A API aplicará automaticamente os valores padrão de IBS e CBS com base na matriz oficial de regras da Sefaz.

Já para empresas com regras fiscais específicas, regimes diferenciados, ou que desejam garantir controle total sobre alíquotas, diferimento ou benefícios fiscais aplicáveis, é recomendável utilizar o envio completo, informando todos os campos — ou pelo menos os mais relevantes.

Detalhamento dos novos campos de IBS/CBS

A seguir, listamos e explicamos os novos campos exigidos pela reforma tributária a partir de 2026, que devem ser informados por item na NF-e ou NFC-e dentro do bloco **impostos.ibsCbs**.

Caminho dos campos no JSON de Emissão: **itens[].impostos.ibsCbs**

Campo	Tipo	Obrigatório	Descrição
situacaoTributaria	string	Não	Código de Situação Tributária do IBS e CBS. Utilizar tabela CST do IBS/CBS . (aba CST) Caso a situação tributária não seja informada, a API irá enviar esse campo baseado na Classificação Tributária.
classificacaoTributaria	string	Sim	Código de Classificação Tributária do IBS e CBS. Utilizar tabela cClassTrib do IBS/CBS . (aba cClass)
baseCalculo	number	Não	Base de cálculo do IBS e CBS. Caso a base de cálculo não seja informada, a API fará o cálculo automaticamente.
ibs	object	Não	Grupo de informações do IBS
ibs.uf	object	Não	Grupo de informações do IBS estadual
ibs.uf.aliquota	number	Não	Alíquota do IBS de competência da UF. Caso a alíquota do IBS da UF não seja informada, a API enviará a alíquota automaticamente, da seguinte forma: 2026 = 0.1% 2027 e 2028 = 0.05%
ibs.uf.percentualDiferimento	number	Não	Percentual do diferimento do IBS de competência das UF. Para CST que permita diferimento.
ibs.uf.percentualReducaoAliquota	number	Não	Percentual de redução de alíquota do IBS de competência das UF. Caso o percentual de redução de alíquota não seja informado, a API fará o cálculo automaticamente baseado na matriz disponibilizada pela SEFAZ.
ibs.municipio	object	Não	Grupo de informações do IBS municipal
ibs.municipio.aliquota	number	Não	Alíquota do IBS de competência do Município.

Campo	Tipo	Obrigatório	Descrição
			Em 2026, a alíquota será enviada zerada. Caso a alíquota do IBS do Município não seja informada, API enviará a alíquota automaticamente, da seguinte forma: 2026 = 0.00% 2027 e 2028 = 0.05%
ibs.municipio.percentualDiferimento	number	Não	Percentual do diferimento do IBS de competência do Município. Para CST que permita diferimento.
ibs.municipio.percentualReducaoAliquota	number	Não	Percentual de redução de alíquota do IBS de competência do Município
cbs	object	Não	Grupo de informações do CBS
cbs.aliquota	number	Não	Alíquota vigente do CBS. Caso a alíquota do CBS não seja informada, a API enviará a alíquota teste (0,9%) automaticamente.
cbs.percentualDiferimento	number	Não	Percentual do diferimento do CBS. Para CST que permita diferimento.
icbs.percentualReducaoAliquota	number	Não	Percentual de redução de alíquota do CBS. Caso o percentual de redução de alíquota não seja informado, a API fará o cálculo automaticamente baseado na matriz disponibilizada pela SEFAZ.

Obrigatoriedade a partir de 2027

A partir de **janeiro de 2027, todas as empresas** — incluindo as **optantes pelo Simples Nacional e MEI** — passam a ter obrigatoriedade de **informar a alíquota de 0.05 para IBS e CBS** nas emissões de NF-e e NFC-e, conforme previsto na regulamentação da Reforma Tributária.

Essa exigência marca o fim da fase de testes aplicada em 2026, tornando **obrigatória a definição da alíquota** para todos os regimes tributários, de forma unificada.

Apesar da obrigatoriedade, **a flexibilidade na forma de envio permanece:**

- O emissor pode continuar utilizando o **envio simplificado**, informando apenas o campo **classificacaoTributaria**;
- Ou optar pelo **envio completo**, preenchendo todos os campos manualmente;
- Também é possível adotar uma **abordagem híbrida**, informando apenas parte dos campos e deixando que a API complemente os dados automaticamente.

Independentemente da abordagem, **nossa API continuará assumindo a alíquota de 0.05 automaticamente**, caso ela não seja enviada no JSON — garantindo conformidade com a regra sem impactar os fluxos de emissão.

✓ Essa lógica permite que emissores mantenham seus sistemas simplificados, ao mesmo tempo em que continuam atendendo integralmente às obrigações fiscais a partir de 2027.

NF-e - Outras mudanças

Nova forma de emissão de nota fiscal de devolução

Com o avanço da Reforma Tributária, é normal que haja também algumas adequações na NF-e que não fazem referência apenas ao IBS/CBS. Uma das mudanças relevantes é na forma de emissão da NF-e de devolução, que passa a exigir mais detalhes para rastreamento dos produtos devolvidos.

A partir da adoção das novas regras da Reforma Tributária, a emissão de NF-e com finalidade de Devolução de Mercadoria ("**finalidade**": "**DevolucaoMercadoria**") passa a exigir uma referência por item da nota fiscal original, em vez da referência global ao documento.

Essa exigência está formalizada na Regra de Validação **B25-110 (código 1102)** e tem como objetivo garantir o rastreamento preciso de quais produtos estão sendo devolvidos.

Modelo anterior (inadequado a partir da nova regra)

Nesse modelo, a NF-e de devolução referenciava apenas a chave de acesso da nota original, sem especificar quais itens estavam sendo devolvidos:

```
JSON
{
  "id": "NFe-000000001-DEV",
  "ambienteEmissao": "Homologacao",
  "naturezaOperacao": "Devolucao",
  "tipoOperacao": "Entrada",
  "finalidade": "DevolucaoMercadoria",
  "pedido": {
    "presencaConsumidor": "OperacaoPelaInternet",
    "pagamento": {
      "formas": [{
        "tipo": "SemPagamento",
        "valor": 0.00
      }]
    }
  },
  "nfeReferenciada": [{
    "chaveAcesso": "3125074816961734700142500000011800177550250"
  }],
  ...
}
```

Novo modelo exigido: referência por item

Agora, a devolução deve ser feita informando, em cada item da nota, a chave de acesso da NF-e original e o número do item que está sendo devolvido (campo **numeroItem**, com base na ordem dos itens da NF-e original).

Exemplo com dois itens devolvidos:

```
JSON
{
  "id": "NFe-000000001-DEV",
  "ambienteEmissao": "Homologacao",
  "naturezaOperacao": "Devolucao",
  ...
  "itens": [{
    "cfop": "2202",
    "codigo": "000068",
    "descricao": "Pendrive Kingston DataTraveler SE9 DTSE9H 16GB",
    ...
    "itemReferenciado": [{
      "chaveAcesso": "3125074816961734700142500000011800177550250",
      "numeroItem": 1
    }],
    ...
  }],
  ...
}
```

```

    }, {
      "cfop": "2202",
      "codigo": "000068",
      "descricao": "Placa de Video NVIDIA",
      ...
      "itemReferenciado": [{
        "chaveAcesso": "31250748169617347001425000000011800177550250",
        "numeroItem": 4
      }],
      ...
    }
  ]
}

```

Vigência da nova regra de devolução

A obrigatoriedade da nova forma de emissão de NF-e de devolução — com referência por item da nota original — entra em vigor conforme o cronograma oficial da versão 1.10 da NT da Reforma Tributária.

- Ambiente de Testes (Homologação): a regra pode ser testada a partir de 06/10/2025
- Ambiente de Produção: a obrigatoriedade passa a valer a partir de 05/01/2026

Essa mudança está associada à aplicação das regras de validação detalhadas na **RV UB12-10**, e exige atenção especial das empresas para adaptar seus emissores até o início de 2026. Embora testes possam ser realizados desde outubro, é altamente recomendável que os emissores se adequem ainda em 2025 para evitar rejeições no ambiente de produção.

NFC-e - Outras mudanças

▲NFC-e não poderá ser emitida para CNPJ a partir de Novembro/2025

A partir de 03/11/2025, a NFC-e (modelo 65) não poderá mais ser emitida quando o destinatário for pessoa jurídica (CNPJ). Para esses casos, será obrigatória a emissão da NF-e (modelo 55).

Além dessa mudança, com o avanço da Reforma Tributária, alguns cenários específicos de emissão da NFC-e passaram a exigir novos cuidados com o preenchimento de campos relacionados ao **local do consumo (fato gerador do IBS)**. Veja abaixo os principais casos:

Entrega a domicílio (presencaConsumidor = "EntregaADomicilio")

A partir da reforma, nas operações de NFC-e com entrega a domicílio, o preenchimento do **endereço completo do cliente passa a ser obrigatório**.

```

JSON
"pedido": {
  "presencaConsumidor": "EntregaADomicilio",
  "pagamento": {
    "formas": [{
      "tipo": "PagamentoInstantaneoPix",
      "valor": 153.23,
      "credenciadoraCartao": {
        "tipoIntegracaoPagamento": "NaoIntegradoAoSistemaDeGestao"
      }
    }
  ]
}
},
"cliente": {
  "cpfCnpj": "07689532195",
  "endereco": {

```

```
"uf": "MG",
"cidade": "Belo Horizonte",
"logradouro": "Rua Sergipe",
"numero": "00",
"complemento": "Savassi",
"bairro": "Funcionarios",
"cep": "30130-160"
}
}
```

Operação presencial fora do estabelecimento

Cenário 1: Cliente identificado com endereço

Se o cliente for identificado e o endereço informado, não é necessário preencher manualmente o município de consumo (campo `municipioConsumo`) — ele será deduzido automaticamente com base no endereço do cliente.

```
JSON
"pedido": {
  "presencaConsumidor": "OperacaoPresencialForaDoEstabelecimento",
  ...
},
"cliente": {
  "cpfCnpj": "07689532195",
  "endereco": {
    "uf": "MG",
    "cidade": "Belo Horizonte",
    ...
  }
}
```

Cenário 2: Cliente não identificado ou sem endereço

Se o cliente não for informado ou não tiver endereço preenchido, será obrigatório informar manualmente o município e UF do consumo, pois são elementos fundamentais para determinação do local do fato gerador do IBS.

```
JSON
"pedido": {
  "presencaConsumidor": "OperacaoPresencialForaDoEstabelecimento",
  ...
},
"cliente": null,
"municipioConsumo": "São Paulo",
"ufConsumo": "SP"
```

✓ Alternativamente, o campo `municipioConsumo` pode aceitar tanto o nome do município quanto o código IBGE. Caso o código IBGE seja informado, o campo `ufConsumo` torna-se opcional.

Exemplos de JSON

Nas próximas páginas, você encontrará os modelos de JSON já adaptados à nova estrutura que será implementada. É fundamental que, a partir da mudança, vocês utilizem exclusivamente esses novos modelos para garantir a correta integração e funcionamento dos sistemas.

NF-e Padrão | Modelo 2026

Modelo a ser utilizado durante o ano de 2026.

▲IMPORTANTE: Durante o ano de 2026, a alíquota do IBS Municipal deverá ser enviada como 0. [A partir de 2027](#), a alíquota obrigatória é de 0,05%.

Caso o envio do campo não seja realizado, a API irá enviá-lo automaticamente.

JSON

```
{
  "id": "notagateway_nfe001",
  "ambienteEmissao": "Homologacao",
  "naturezaOperacao": "Venda",
  "tipoOperacao": "Saida",
  "finalidade": "Normal",
  "consumidorFinal": true,
  "enviarPorEmail": true,
  "pedido": {
    "presencaConsumidor": "OperacaoPelaInternet",
    "pagamento": {
      "formas": [{
        "tipo": "CartaoDeCredito",
        "valor": 49.9,
        "credenciadoraCartao": {
          "tipoIntegracaoPagamento": "NaoIntegradoAoSistemaDeGestao"
        }
      }]
    }
  },
  "cliente": {
    "tipoPessoa": "F",
    "indicadorContribuinteICMS": "NaoContribuinte",
    "nome": "Cliente Teste",
    "email": "teste@mail.com",
    "telefone": "31987654321",
    "cpfCnpj": "35281765043",
    "endereco": {
      "uf": "MG",
      "cidade": "Belo Horizonte",
      "logradouro": "Rua 01",
      "numero": "112",
      "complemento": "AP 402",
      "bairro": "Savassi",
      "cep": "32323111"
    }
  },
  "itens": [{
    "cfop": "5101",
    "codigo": "1",
    "descricao": "Produto Exemplo",
    "ncm": "38151210",
    "quantidade": 1,
    "unidadeMedida": "UN",
    "valorUnitario": 49.9,
    "frete": 0,
    "impostos": {
      "percentualAproximadoTributos": {
        "simplificado": {
          "percentual": 19.00
        }
      },
      "fonte": "IBPT"
    },
    "icms": {
      "situacaoTributaria": "102",
      "origem": 0
    },
    "pis": {
      "situacaoTributaria": "49"
    },
    "cofins": {
      "situacaoTributaria": "49"
    },
    "ibsCbs": {
```

```
        "classificacaoTributaria": "011003"
      }
    }
  },
  "informacoesAdicionais": null
}
```

NFC-e Padrão | Modelo 2026

Modelo a ser utilizado durante o ano de 2026.

JSON

```
{
  "id": "notagateway_nfc001",
  "ambienteEmissao": "Homologacao",
  "naturezaOperacao": "Venda",
  "enviarPorEmail": true,
  "pedido": {
    "presencaConsumidor": "OperacaoPresencial",
    "pagamento": {
      "tipo": "PagamentoAVista",
      "formas": [{
        "tipo": "Dinheiro",
        "valor": 50.9
      }]
    }
  },
  "itens": [{
    "cfop": "5102",
    "codigo": "ABC001",
    "descricao": "Produto Teste",
    "ncm": "33051000",
    "quantidade": 1,
    "unidadeMedida": "UN",
    "valorUnitario": 50.9,
    "descontos": 0.00,
    "outrasDespesas": 0.00,
    "impostos": {
      "percentualAproximadoTributos": {
        "simplificado": {
          "percentual": 19.00
        },
        "fonte": "IBPT"
      },
      "icms": {
        "situacaoTributaria": "102",
        "origem": 0
      },
      "pis": {
        "situacaoTributaria": "49"
      },
      "cofins": {
        "situacaoTributaria": "49"
      },
      "ibsCbs": {
        "classificacaoTributaria": "011003"
      }
    }
  }],
  "informacoesAdicionais": null
}
```

NFS-e Padrão | Modelo a partir de 2026

Modelo a ser utilizado durante o ano de 2026.

JSON

```
{
  "idExterno": "NFSe-001",
  "ambienteEmissao": "Homologacao",
  "cliente": {
    "tipoPessoa": "F",
    "nome": "Cliente Teste",
    "email": "teste@mail.com",
    "cpfCnpj": "88533234775",
    "telefone": "413278-0217",
    "endereco": {
      "uf": "PR",
      "cidade": "4106902",
      "logradouro": "Rua Presidente Wilson",
      "numero": "911",
      "complemento": null,
      "bairro": "Uberaba",
      "cep": "81570440"
    }
  },
  "consumidorFinal": true,
  "servico": {
    "descricao": "Servico de consultoria",
    "aliquotaIss": 3,
    "issRetidoFonte": false,
    "codigoServicoMunicipio": "010700188",
    "itemListaServicoLC116": "1.07",
    "cnae": null,
    "municipioPrestacaoServico": "3106200",
    "codigoNBS": "99839019",
    "codigoTributacaoNacional": "010101",
    "ibsCbs": {
      "classificacaoTributaria": "011003",
      "codigoIndicadorOperacao": "030101",
    }
  },
  "valorTotal": 1449.97
}
```